

CORREIO NACIONAL



Multa de R\$673 mil foi mantida pela Justiça

Multa da ANTT por mudança em pátio é mantida

Advocacia-Geral da União (AGU) confirmou, junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), a legalidade da atuação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Com a atuação, foi mantida a multa de R\$ 673,9 mil imposta à Rumo Malha Sul S.A. por alteração não autorizada no layout de um pátio ferroviário. A concessionária ajuizou ação anulatória na 6ª Vara Federal de Curitiba, questionando a legalidade do procedimento da agência reguladora e

a proporcionalidade da multa. Em primeira instância, a ação foi julgada improcedente. Na apelação, a concessionária voltou a alegar que o processo administrativo foi instaurado por agente incompetente, pois não houve delegação formal nos moldes da Lei nº 9.784/99. Também argumentou que não haveria prejuízo com a remoção de linhas ferroviárias secundárias, isto é, linhas localizadas no pátio ferroviário, uma vez que não seriam essenciais.

Posicionamento da AGU

A Procuradoria Regional Federal da 4ª Região (PRF4), unidade da AGU que representa a ANTT, explicou que a competência do agente para instaurar o processo foi delegada por meio de norma interna da agência. Durante o processo, a PRF4 também demonstrou que a remoção indevida de in-

fraestrutura operacional configura descaracterização do imóvel arrendado, violando, assim, cláusulas do contrato de arrendamento. Por fim, a ANTT reafirmou que a multa aplicada é proporcional e amparada em critérios legais e contratuais, não havendo justificativa para sua redução judicial.

Minha Casa, Minha Vida

O primeiro contrato do Minha Casa, Minha Vida - Classe Média foi assinado nessa terça (13). A assinatura está vinculada à agência da Caixa Econômica Federal Largo do Bicão, em Vila da Penha, no Rio de Janeiro. Pela modalidade, que tem como gestor o Ministério das Cidades, o cliente tem

até 420 meses para pagar, com taxa de juros nominal de 10% ao ano. A cota de financiamento para imóveis novos é de 80%. Para imóveis usados, esse percentual é de 60% nas regiões Sul e Sudeste e de 80% para as demais localidades. O valor máximo de compra e venda do imóvel pode chegar a R\$ 500 mil.

Programa para MEIs

O governo federal lançou a plataforma Contra+Brasil. A ferramenta é um espaço digital de oportunidades de negócios para conectar compradores públicos (prefeituras, estados, governo federal e todos seus órgãos) e microempreendedores individuais na sua primeira fase. Nas fases

seguintes, a plataforma será aberta para micro e pequenas empresas, agricultores familiares e cooperativas, e posteriormente para todas as empresas. A plataforma é inspirada no programa Go-MEI da prefeitura de Recife e a solução tecnológica foi criada pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Tratamento contra Alzheimer

O Sistema Único de Saúde (SUS) vai ampliar o tratamento para pessoas com Doença de Alzheimer. Nesta quinta (15), o Ministério da Saúde publicou a portaria SEC-TICS/MS nº 20/2025 que estende o uso da donepezila para pacientes com a forma grave da doença. O

medicamento - que ajuda a preservar as funções cognitivas e a capacidade funcional - era disponibilizado apenas para pessoas com formas leves ou moderadas da doença. Para o tratamento, o paciente grave, poderá usar a donepezila em conjunto ou não com a memantina.

Vagas do Fies

O resultado da lista de espera das vagas remanescentes do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), referente ao primeiro semestre de 2025, foi divulgado nesta quinta-feira (15). Os pré-selecionados serão convocados até o dia 22 de maio e, por isso, os candidatos

devem ficar atentos ao Portal Único de Acesso ao Ensino Superior do Fies do Ministério da Educação, acessível com login e senha do site de serviços digitais do governo federal, o Gov.br. Os candidatos da lista de espera são os estudantes que não foram pré-selecionados.

Governo Federal anuncia solução habitacional em SP

Acordo prevê transição pacífica para quase 900 famílias

O ministro das Cidades, Jader Filho, anunciou nesta quinta-feira (15) um acordo entre o governo federal e o governo do estado de São Paulo para solucionar a situação habitacional das famílias da Favela do Moinho, no centro da capital paulista. A medida inclui subsídios habitacionais, ampliação do valor do aluguel social e um processo de transição com foco na segurança e no cuidado com os moradores.

A ministra substituta do MGI, Cristina Mori, destacou o papel da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Segundo a ministra substituta, com o avanço do entendimento entre os governos, será possível agora analisar a cessão de uso da área, que, conforme novas informações apresentadas pelo estado de São Paulo, poderá ser transformada em um parque de uso público.

A Favela do Moinho é uma ocupação no centro de São Paulo, onde vivem atualmente cerca de 900 famílias. O plano prevê que as famílias serão atendidas pelo modelo de compra assistida, do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), criado recentemente pelo governo fe-



O secretário de Habitação Augusto Rebelo foi ver de perto a situação dos moradores

deral em resposta ao desastre no Rio Grande do Sul.

A iniciativa permite a aquisição de imóveis prontos ou em fase final de construção, com escolha ativa por parte das famílias. Cada núcleo familiar receberá até R\$ 250 mil para a compra de habitação, sendo R\$ 180 mil provenientes do programa MCMV e R\$ 70 mil do programa Casa Paulista, do governo estadual.

Segundo o ministro, todas as famílias com renda de até R\$ 4.700 mensais estarão contempladas. As regras serão as mesmas aplicadas para os inscritos no Bolsa Família e no Benefício de Prestação Continuada. Além disso, o valor do aluguel social será ampliado para R\$ 1.200 mensais, garantindo apoio adequado durante o período de transição até a mudança definitiva

para as novas moradias.

As medidas são resultado da reunião realizada nesta quinta-feira (15) entre o governo federal, representado também pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), e o governo estadual, representado pela Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo e pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU).

Brasileira recebe prêmio de agricultura



Pesquisadora foi agraciada no Prêmio Mulheres e Ciência

cultivados no Brasil, gerando uma economia anual de até US\$ 25 bilhões para os agricultores e evitando a emissão de mais de 230 milhões de toneladas de CO2 equivalente.

A cientista é também uma das pioneiras na proposta da fixação biológica de nitrogênio como substituto aos fertilizantes químicos. O método permite que bactérias fixadoras convertam o nitrogênio do ar em formas assimiláveis pelas plantas, promovendo um ciclo

agrícola mais limpo e eficiente.

Além da contribuição científica, Mariangela destacou a importância de seu prêmio como símbolo da força das mulheres na cadeia alimentar. “É pela pesquisa brasileira e também pelo lado da mulher, porque as mulheres têm um papel incrível na produção de alimentos até a área da pesquisa, onde eu estou”, disse a engenheira.

O anúncio de sua premiação ocorreu na noite de terça-feira (13/5), e a cerimônia de

entrega será realizada em outubro, em Des Moines, nos Estados Unidos, sede da Fundação World Food Prize, criada por Norman Borlaug, o “pai da Revolução Verde”.

Para Mariangela, o prêmio ainda parece um sonho. “Este prêmio traz muita visibilidade para a pesquisa brasileira. A grande maioria dos agricultores brasileiros é muito boa e muito preocupada com o planeta. Querem produzir com sustentabilidade e aceitam as tecnologias que nós oferecemos. Nós precisamos mudar essa visão que se tem lá fora”, diz a pesquisadora, se referindo a imagem do Brasil em outros países.

Mariangela Hungria foi uma das seis contempladas na 1ª edição do Prêmio Mulheres e Ciência, que aconteceu em março desse ano. Ela foi premiada na categoria Trajetória, na área de Ciências Exatas, da Terra e Engenharias.

A premiação conta com três categorias. Estímulo; Trajetória; e Mérito Institucional.

TSE

TREs discutem registro civil em evento nacional

Grande parte dos tribunais regionais eleitorais (TREs) se engajou na 3ª Semana Nacional do Registro Civil – Registre-se!, um programa do Conselho Nacional de Justiça. Nesta edição, a atividade começou na segunda-feira (12) e termina nesta sexta (16). Em Mato Grosso, por exemplo, a parceria da Corregedoria-Geral da Justiça com o CNJ leva serviços eleitorais aos municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Campo Novo do Parecis (na Aldeia Bacaval). Acesse o Portal do TSE para conferir se o TRE do seu estado está participando. Além da Justiça Eleitoral, o Registre-se! tem apoio de diversos órgãos.

STJ

CNJ lança campanha pelas crianças do Marajó

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou a campanha Se Renda à Infância 2025: pelas crianças do Marajó, iniciativa vinculada ao Pacto Nacional pela Primeira Infância com o objetivo de incentivar pessoas físicas e jurídicas a destinarem parte do seu Imposto de Renda (IR) a fundos voltados à promoção dos direitos de crianças e adolescentes. A edição deste ano, destinada especialmente para a Ilha do Marajó (PA), é realizada em parceria com a Ação para Meninas e Mulheres do Marajó, que combate a violência, a exploração sexual e outras violações de direitos de meninas e mulheres do arquipélago.

STF

Dia Mundial da Acessibilidade é celebrado por ministro

O Supremo Tribunal Federal (STF) lembrou nesta quinta-feira (15) o Dia Mundial da Conscientização sobre Acessibilidade, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) para promover a inclusão das pessoas com deficiência em todas as esferas da sociedade. A data foi celebrada pelo ministro Edson Fachin, vice-presidente do STF, no início da sessão plenária. “Este dia não é apenas simbólico, ele é profundamente social e humano”, afirmou o ministro, que preside a sessão. “Nosso compromisso com a inclusão é contínuo, e, por isso, oferecemos tradução simultânea em libras e com audiodescrição das sessões”.

TCU

ONU divulga primeiro relatório sobre missões de paz

O Conselho de Auditores da Organização das Nações Unidas (ONU) publicou o Relatório sobre as Missões de Paz da ONU – Volume II, com dados referentes ao período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024. Pela primeira vez, o documento conta com a assinatura do presidente do TCU, ministro Vital do Rêgo, representante do Brasil no Conselho. Sob responsabilidade brasileira, foram auditadas as Missões de Paz da ONU no Líbano (UNIFIL), Kosovo (UNMIK) e Chipre (UNFICYP). O relatório traz achados de auditoria em diversas áreas, tais como: gestão de equipamentos utilizados, entre outras.